

Entre o ideal e a realidade: estudo de caso acerca da subutilização de bibliotecas escolares e seus impactos no desempenho educacional

Saymon da Silva Siqueira
saymon.silva2010@gmail.com

Recebido em: 11/03/2025

Aceito em: 02/08/2025

Resumo

As bibliotecas escolares desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional, mas sua subutilização compromete seu potencial pedagógico, especialmente em escolas públicas. Este estudo analisa os desafios da gestão de bibliotecas escolares, com destaque para a E.E. Dr. Pompílio Mercadante, no Estado de São Paulo. A partir de uma análise documental e um estudo de caso, são investigados fatores como falta de infraestrutura adequada, ausência de bibliotecários qualificados e uso indevido desses espaços. Os resultados indicam que a desconexão entre as normativas educacionais e a prática cotidiana limita o impacto das bibliotecas no aprendizado dos estudantes. A pesquisa propõe estratégias para revitalizar as bibliotecas, incluindo a formação de professores articuladores e a integração ao currículo escolar. Conclui-se que uma gestão eficiente desses espaços pode contribuir significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico e a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: bibliotecas escolares; gestão educacional; políticas públicas; uso da informação; avaliação educacional.

Between ideal and reality: a case study on the underutilization of school libraries and their impact on educational performance

Abstract

School libraries play a crucial role in educational development, but their underutilization compromises their pedagogical potential, especially in public schools. This study analyzes the challenges of managing school libraries, focusing on the Dr. Pompílio Mercadante School of Education in the state of São Paulo. Based on a documentary analysis and a case study, factors such as lack of adequate infrastructure, absence of qualified librarians and misuse of these spaces are investigated. The results indicate that the disconnect between educational regulations and everyday practice limits the impact of libraries on student learning. The research proposes strategies to revitalize libraries, including the training of teacher liaisons and integration into the school curriculum. It concludes that efficient management of these spaces can make a significant contribution to improving academic performance and promoting a more inclusive and equitable education.

Keywords: *school libraries; educational management; public policies; information use; educational evaluation*

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares desempenham um papel essencial no processo educacional, sendo espaços que vão além de simples repositórios de livros. Elas atuam como ambientes de aprendizado, incentivando a leitura, promovendo a alfabetização informacional e facilitando o acesso ao conhecimento para todos os alunos. A literatura destaca que bibliotecas bem estruturadas e geridas contribuem significativamente para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes, auxiliando na construção de habilidades de leitura, interpretação e pesquisa (Félix; Duarte, 2015). Em um contexto educacional cada vez mais dinâmico, as bibliotecas escolares surgem como ferramentas fundamentais para a promoção de práticas de leitura e a formação de leitores críticos e autônomos (Miranda; Brandão, 2022).

Além disso, as bibliotecas funcionam como pontos de encontro para o compartilhamento de ideias, onde os alunos podem desenvolver competências de colaboração e interação social. Este espaço educacional possibilita a criação de uma cultura escolar voltada para a inclusão e a igualdade de oportunidades, facilitando o acesso à informação e ao conhecimento, independentemente das condições socioeconômicas dos alunos (Fernandes; Santos, 2017). Desta forma, as bibliotecas escolares configuram-se como ambientes estratégicos no suporte ao ensino e à aprendizagem, contribuindo para um ambiente escolar mais enriquecedor e estimulante.

Entretanto, foi observada uma distância significativa entre a ficção político-institucional e a *práxis* cotidiana, ocasionando uma situação problemática em diversas escolas públicas, onde o espaço da biblioteca, ao invés de ser utilizado como um centro de recursos educativos, tem sido subutilizado e até transformado em depósitos para o armazenamento de toda sorte de objetos e itens. Este desvio de função não só compromete o potencial da biblioteca como espaço de aprendizado, mas também reflete uma gestão inadequada dos recursos educacionais disponíveis. Esse cenário reflete uma deficiência estrutural evidenciada pelos dados do Censo Escolar ao menos desde 2004, que apontam que apenas 25% das escolas brasileiras possuem bibliotecas estruturadas. Dentre essas, apenas 1,4% contam com bibliotecários qualificados, o que compromete a qualidade do suporte oferecido à comunidade escolar (Brasil, 2005). Do mesmo modo, a subutilização das bibliotecas escolares evidencia uma lacuna na compreensão do valor deste espaço, que, quando utilizado de maneira inadequada, perde sua função original e impede o pleno desenvolvimento das habilidades dos estudantes (Sales; Santana, 2024).

A transformação das bibliotecas em áreas de armazenamento levanta uma série de questões sobre a gestão dos recursos escolares e a priorização dos espaços dedicados ao aprendizado. Quando a biblioteca é relegada a um uso secundário, o impacto sobre o ambiente escolar é significativo, uma vez que os alunos perdem o acesso a um local essencial para a leitura, a pesquisa e o desenvolvimento de suas competências educacionais (Oliveira; Cavalcante, 2017). Esta problemática, portanto, requer uma análise cuidadosa sobre as práticas de gestão e o comprometimento institucional com o papel pedagógico das bibliotecas.

Dada a relevância do tema, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como a má gestão das bibliotecas escolares pode afetar diretamente o desenvolvimento educacional dos alunos. A literatura indica que a ausência de uma biblioteca ativa e funcional pode resultar em uma carência de habilidades fundamentais para a formação acadêmica, como a capacidade de interpretar textos, realizar pesquisas e construir conhecimento de forma autônoma (Sales; Santana, 2024). Assim, é essencial que o espaço da biblioteca seja valorizado e gerido adequadamente para garantir que todos os alunos possam usufruir de seus benefícios.

O impacto negativo da subutilização das bibliotecas sobre o desempenho dos estudantes reforça a necessidade de uma investigação detalhada sobre os fatores que contribuem para essa problemática. Através deste estudo, busca-se trazer contribuições que

possam orientar a adoção de políticas e práticas mais eficazes para a gestão das bibliotecas escolares, de modo que elas possam cumprir seu papel pedagógico de forma plena e inclusiva.

A ausência de bibliotecários é um dos fatores mais críticos, pois esse profissional é essencial para conectar estudantes ao conhecimento de forma organizada e dinâmica. Como afirma Carvalho, Aldabalde e Miguel (2020), sem bibliotecários, as bibliotecas muitas vezes se tornam simples depósitos de livros, incapazes de cumprir sua função pedagógica e cultural. Este artigo tem como objetivo geral avaliar como a subutilização das bibliotecas escolares afeta o desempenho dos estudantes. Especificamente, o estudo pretende identificar os principais fatores que contribuem para o uso inadequado destes espaços e analisar o papel do apoio institucional e das políticas educacionais relacionadas ao funcionamento das bibliotecas escolares. Ao propor soluções para uma gestão mais eficaz, espera-se contribuir para a transformação das bibliotecas em espaços que realmente promovam o aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos.

2 DESENVOLVIMENTO E ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A gestão de bibliotecas escolares tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica, destacando-se como um elemento crucial para o desenvolvimento educacional e cultural dos estudantes. Segundo Félix e Duarte (2015), uma gestão eficiente da biblioteca escolar envolve o planejamento estratégico do espaço, a organização de recursos informacionais e a integração da biblioteca com as atividades pedagógicas da escola. A implementação de políticas públicas voltadas para as bibliotecas escolares também é essencial, pois assegura recursos e orientações para que essas instituições cumpram seu papel educativo. De acordo com Miranda e Brandão (2022), políticas públicas eficazes podem apoiar a democratização do acesso à informação e promover a inclusão social dentro do ambiente escolar. O artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) determina que o Estado deve garantir padrões mínimos de ensino, incluindo insumos indispensáveis, como bibliotecas escolares. No entanto, a falta de clareza nas ações e o subfinanciamento desses espaços têm limitado seu papel pedagógico nas escolas públicas brasileiras.

Estudos anteriores indicam que a subutilização das bibliotecas escolares pode ser resultado de uma série de fatores, incluindo a falta de treinamento para os gestores, recursos inadequados e ausência de políticas de incentivo à leitura e ao uso dos espaços (Fernandes; Santos, 2017). Além disso, a utilização inadequada desses espaços para outros fins, como armazenamento ou depósito, tem sido apontada como um reflexo da baixa valorização institucional da biblioteca como um espaço de aprendizagem. A pesquisa de Sales e Santana (2024) sugere que a ausência de diretrizes claras sobre o uso da biblioteca pode contribuir para seu uso indevido, evidenciando a necessidade de uma gestão mais rigorosa e de um maior comprometimento com o potencial pedagógico desse ambiente.

Diante disso, este estudo será conduzido em três etapas principais. Primeiramente, será realizada uma análise documental das legislações e normativas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), incluindo resoluções como a SE nº 70/2011, SE nº 76/2017 e suas alterações (e.g., SE nº 81/2018, SEDUC nº 114/2021), entre outras. Essas normativas regulamentam a instalação e o funcionamento das Salas e Ambientes de Leitura, bem como a atribuição de professores responsáveis. Em paralelo, as normativas estaduais serão confrontadas com as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), permitindo identificar convergências e lacunas nas políticas públicas.

Na segunda etapa, o estudo contextualizará essas análises normativas a partir de um estudo de caso, conduzido entre 2021 e 2023 na escola estadual (E.E.) Dr. Pompílio Mercadante, uma escola pública localizada em Jacareí, São Paulo, com 1067 alunos matriculados e 68 docentes ativos, segundo dados do INEP (2023a). Essa escola tem enfrentado desafios significativos relacionados à subutilização de sua biblioteca escolar, frequentemente empregada como espaço de armazenamento de materiais, equipamentos e mantimentos.

Por fim, na terceira etapa, os dados institucionais da escola e os indicadores educacionais, como frequência, fluxo de aprovação e nível de aprendizado, serão analisados para demonstrar os impactos dessa subutilização. Esses indicadores serão comparados às exigências normativas e às boas práticas descritas nas resoluções da SEDUC-SP, destacando a desconexão entre o ideal legislativo e a realidade escolar.

2.1 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi conduzido na “E. E. Dr. Pompílio Mercadante”, localizada em Jacareí, São Paulo, e foi criada por meio do Decreto nº 50.537, publicado em 12 de outubro de 1968. A unidade é mantida pelo poder público estadual e está sob a administração da SEDUC-SP, jurisdicionada à Diretoria de Ensino (D.E) de Jacareí. Oferecendo Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), a escola tem como objetivos o pleno desenvolvimento do educando, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, em consonância com os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O regimento escolar foi aprovado em 2015, passando por reelaboração e adequação a partir de 2021, a fim de reforçar o compromisso da instituição com a formação integral e democrática, valorizando a participação da comunidade escolar em sua gestão (São Paulo, 2021).

Portanto, trata-se de uma escola pública situada em uma região urbana de médio porte, caracterizada por um perfil estudantil diversificado, com alunos de diferentes contextos socioeconômicos (INEP, 2023b). Segundo o Censo Escolar de 2023 (Brasil, 2023a) a escola contava com 1067 estudantes matriculados e 68 docentes¹. Fisicamente, a escola dispõe de 13 salas de aula, uma sala de informática equipada com 14 computadores e uma sala multimídia, além de diversos espaços administrativos e pedagógicos, como secretaria, coordenação e áreas específicas para a prática esportiva, incluindo duas quadras, sendo uma delas coberta. Além disso a escola conta com uma sala de leitura com potencial para abrigar atividades de leitura e pesquisa. No entanto, conforme observado durante a pesquisa, esse espaço tem sido utilizado predominantemente para o armazenamento de mantimentos e equipamentos de cozinha, o que compromete suas funcionalidades pedagógicas.

A sala de leitura, que deveria funcionar como um centro de recursos e apoio à aprendizagem, encontra-se subutilizada e carece de uma estrutura adequada para servir aos estudantes e professores de maneira efetiva. Este estudo de caso ilustra de maneira concreta as implicações da má gestão e do uso inadequado de bibliotecas escolares, destacando a necessidade de intervenções que valorizem e revitalizem o espaço, permitindo que ele cumpra sua função educativa. A análise da situação específica desta escola objetiva fornecer reflexões relevantes sobre os desafios enfrentados por outras instituições que podem estar em contextos semelhantes, reforçando a importância de políticas educacionais voltadas para a gestão eficiente das bibliotecas escolares. Cumpre destacar que essa situação não é um caso isolado ou excepcional. Em estados como Santa Catarina, a designação de professores readaptados ou excedentes para gerenciar bibliotecas, conforme a Portaria 003/SED, exemplifica uma solução paliativa que não resolve as carências estruturais desses espaços (Fioravante; Cunha, 2020).

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

3.1 CONFORMIDADE COM AS NORMATIVAS

A legislação federal brasileira, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), estabelece princípios claros para a organização do ensino,

¹ Os dados atualizados em outubro de 2024 no Portal Transparência Educação pela SEDUC-SP apresentavam 903 matriculados e 63 docentes. Cf. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Escola Estadual Dr. Pompílio Mercadante. Portal da Transparência da Educação do Estado de São Paulo, 2024a. Disponível em: <https://transparencia.educacao.sp.gov.br/Home/DetalhesEscola?codesc=13808>. Acesso em: 16 nov. 2024.

destacando a importância de espaços educacionais que favoreçam o aprendizado integral. A LDB, em seu Art. 4º, inciso IX, prevê como dever do Estado a garantia de padrões mínimos de infraestrutura para o ensino, incluindo bibliotecas escolares e outros ambientes que promovam a leitura (Brasil, 1996). Esse direcionamento foi reforçado pela Lei nº 12.244/2010, que determina a obrigatoriedade de todas as instituições de ensino, públicas e privadas, contarem com bibliotecas, visando a universalização desses espaços até 2020 (Brasil, 2010). Esses dispositivos ressaltam o papel central das bibliotecas e salas de leitura como instrumentos de democratização do acesso ao conhecimento, alinhados aos princípios de equidade e qualidade educacional.

No entanto, no contexto do Estado de São Paulo, a implementação dessas normativas enfrenta desafios significativos. Embora a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (nº SEDUC-SP) tenha emitido resoluções razoavelmente detalhadas, como a SE nº 76/2017 e suas alterações, regulamentando as Salas de Leitura, a realidade prática das escolas muitas vezes se desvia do ideal preconizado. Esses regulamentos especificam requisitos de infraestrutura, acervo e gestão, além de estabelecer critérios para a atribuição de professores responsáveis por esses espaços. Contudo, a aplicação efetiva dessas diretrizes encontra barreiras como a falta de recursos, supervisão insuficiente e designação inadequada de profissionais. Essa desconexão entre as legislações federais e estaduais e a prática cotidiana será analisada mais profundamente no contexto da E.E. Dr. Pompílio Mercadante, ilustrando as lacunas e oportunidades para a melhoria da gestão das bibliotecas escolares.

A análise das legislações revela que as normativas estaduais, como a Resolução SE nº 70/2011 e suas alterações (e.g., SE nº 76/2017, SE nº 81/2018, SEDUC nº 114/2021), estabelecem diretrizes claras para a instalação e o funcionamento das Salas de Leitura nas escolas estaduais. Essas normativas enfatizam que as Salas de Leitura devem contar com professores responsáveis, denominados "articuladores", que possuem atribuições específicas relacionadas à promoção da leitura, escrita e pesquisa. Por exemplo, a Resolução SEDUC nº 92/2024 reforça a necessidade de um ambiente de 20m² com acervo adequado e mobiliário mínimo para receber estudantes e comunidade escolar em condições dignas e salubres.

Essas resoluções também atribuem aos professores articuladores a responsabilidade por elaborar planos de ação, desenvolver projetos voltados à leitura e escrita, e integrar a Sala de Leitura ao currículo escolar. No entanto, as normativas destacam que, frequentemente, docentes readaptados ou com vínculo funcional específico são designados para essas funções, o que pode comprometer o uso pedagógico eficiente da biblioteca.

Apesar dessas regulamentações, a prática muitas vezes se distancia do ideal legislativo, especialmente em escolas com infraestrutura e recursos limitados, como será evidenciado a seguir no estudo de caso.

3.2 ESTUDO DE CASO: IMPACTOS OBSERVADOS NA E.E. DR. POMPILIO MERCADANTE

Na prática, a experiência observada na E.E. Dr. Pompílio Mercadante entre 2021 e 2023 revelou uma desconexão significativa entre o que é preconizado pelas normativas e a realidade. A Sala de Leitura, que poderia funcionar como um ambiente de incentivo à leitura e pesquisa, foi utilizada como espaço de armazenamento, prejudicando sua função pedagógica. Esse cenário contrasta diretamente com as diretrizes da Resolução SE nº 76/2017 e suas alterações, que determinam que esses espaços sejam estruturados para atender às necessidades pedagógicas de toda a comunidade escolar.

Os impactos dessa subutilização refletem-se nos indicadores educacionais da escola, como frequência irregular, baixos índices de aprovação e dificuldades de aprendizado. Esses resultados demonstram como a má gestão do espaço escolar pode agravar os desafios educacionais e comprometer o desempenho dos alunos.

Por exemplo, os indicadores avaliativos da escola tendem a sinalizar que a ausência de um ambiente dedicado à leitura contribui para a lacuna na formação de competências leitoras

e críticas. Isso evidencia a necessidade de transformar a biblioteca em um espaço efetivamente pedagógico, alinhado às exigências das normativas estaduais e federais.

Segundo os dados coletados da SEDUC-SP, a falta de recursos financeiros e materiais² apresentam-se como uma das principais causas para a subutilização da Sala de Leitura em questão, e das bibliotecas escolares de modo geral. Esse problema impede a renovação dos acervos, o investimento em novas tecnologias e a manutenção adequada do espaço, o que afeta diretamente a atratividade e a funcionalidade da biblioteca para a comunidade escolar (Félix; Duarte, 2015). A literatura especializada reforça que políticas públicas de apoio às bibliotecas escolares, como a Lei 12.244/10, são essenciais para garantir que as escolas tenham bibliotecas equipadas e acessíveis a todos os alunos (Silva, 2019). No entanto, a falta de aplicação prática dessas políticas, devido à escassez de financiamento, tem limitado o impacto positivo que esses espaços poderiam proporcionar no desenvolvimento dos estudantes.

Outro fator significativo identificado foi a ausência de profissionais qualificados, como bibliotecários e mediadores de leitura, que desempenham um papel essencial na promoção de atividades educativas e na organização do espaço. A presença desses profissionais é fundamental para a gestão eficiente da biblioteca e para a mediação de atividades que estimulem a leitura e o aprendizado autônomo dos alunos. Fernandes e Santos (2017) e Cervi e Augsburg (2013) destacam que uma gestão democrática, com a inclusão de profissionais especializados e com apoio da comunidade escolar, é essencial para maximizar o uso pedagógico da biblioteca. Sem essa base de profissionais dedicados, a biblioteca tende a ser relegada a um espaço secundário, sem integração plena ao currículo escolar e ao cotidiano dos alunos.

Esse problema contextual atinge não apenas a Sala de Leitura, mas, toda a estrutura educacional, sobretudo, considerando os dados apresentados pelo Indicador de Adequação da Formação Docente. Na escola em questão, os dados apresentados pelo Saeb 2023, indicam que nos Anos Finais do Ensino Fundamental 72,90% das disciplinas são ministradas por professores com formação superior de Licenciatura (ou Bacharelado com complementação pedagógica) na mesma disciplina que leciona. Já o Ensino Médio apresentava apenas 67,50%.

A precariedade na gestão das bibliotecas escolares compromete também sua função educativa e cultural, como apontam Ribeiro (1994) e Fragoso (2002). A ausência de um acervo atualizado e de profissionais capacitados prejudica o desenvolvimento das habilidades de leitura crítica e pesquisa dos estudantes, elementos fundamentais para a formação cidadã.

Além disso, o desconhecimento da importância da biblioteca entre gestores e docentes limita seu uso como ferramenta pedagógica. Em muitos casos, a biblioteca não é vista como um componente essencial do processo educacional, o que leva a sua marginalização dentro da escola. Castanho (2013) aponta que a gestão democrática e inclusiva efetiva, promovida pelo sistema nacional de educação, poderia auxiliar na integração da biblioteca aos projetos pedagógicos, fortalecendo seu papel na aprendizagem dos alunos. Nascimento (2006) reforça que a implementação de uma política de gestão democrática nas escolas pode melhorar o uso dos espaços educacionais, incluindo a biblioteca, ao integrar práticas que favorecem a participação ativa de toda a comunidade escolar. Contudo, a falta de uma visão compartilhada sobre o valor educativo da biblioteca impede que esse espaço cumpra sua função de apoio ao desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

² No caso da escola em questão, verifica-se a progressiva redução do repasse de recursos financeiros para custeio de finalidades essenciais da unidade. Ainda que não façamos o detalhamento das rubricas que foram zeradas, é alarmante que entre 2021 e 2023 acumulem-se uma redução de 53,22%, equivalendo em um corte de R\$ 215.388,70. Desse modo, observamos um dos muitos aspectos que inviabilizam ações gestoras locais mais efetivas que atendam as necessidades da unidade, uma vez que a precarização é uma política administrativa do alto escalão político (São Paulo, 2024b).

3.2 IMPACTOS IDENTIFICADOS

A subutilização das bibliotecas escolares tem impactos profundos no desenvolvimento educacional dos alunos, especialmente no que diz respeito às habilidades de leitura, escrita e aprendizado autônomo. Estudos indicam que a falta de acesso a um espaço de leitura adequado afeta diretamente o interesse dos estudantes pela leitura e limita suas oportunidades de aprimorar essas competências (Félix; Duarte, 2015; Sales; Santana, 2024). Bibliotecas bem geridas servem como centros de recursos essenciais, onde os alunos podem desenvolver uma compreensão crítica e autônoma do conteúdo estudado. A falta desse ambiente estruturado prejudica não apenas o desempenho escolar, mas também o engajamento dos alunos com o aprendizado, conforme ressaltado por Farias e Magalhães Júnior (2018), que discutem o papel dos dados do IDEB em monitorar e aprimorar a qualidade educacional.

Além do impacto acadêmico, a ausência de uma biblioteca funcional e estimulante reduz o interesse dos estudantes em atividades de pesquisa e aprendizado colaborativo. A literatura acerca do assunto aponta que, quando os alunos têm acesso regular a um ambiente que promove a leitura e a pesquisa, há um ganho significativo em suas habilidades de interpretação e produção textual, elementos fundamentais para o sucesso acadêmico e pessoal (Silva, 2019; Nascimento, 2006). A perda desse espaço, muitas vezes utilizada para armazenar materiais não relacionados ao ensino, compromete a qualidade do ambiente educacional e o desenvolvimento das competências necessárias para a formação integral dos alunos. Esse efeito é particularmente problemático em escolas onde o acesso a recursos educacionais é limitado, o que torna a biblioteca uma peça ainda mais vital para o aprendizado. Além disso, a ausência de infraestrutura adequada impede que as bibliotecas exerçam seu papel como espaços de inclusão e acesso à informação diversificada, aspectos cruciais para a formação de cidadãos críticos e participativos, conforme Lemos (1998). A falta de recursos e acervos condizentes com as necessidades dos alunos compromete diretamente o exercício da cidadania.

Outro impacto relevante da subutilização das bibliotecas é o distanciamento dos alunos de práticas de leitura e pesquisa, essenciais para a construção do conhecimento crítico e autônomo. A falta de um ambiente propício ao aprendizado limita as oportunidades dos estudantes de explorar temas além do currículo formal, o que é crucial para a formação de cidadãos informados e participativos (Cervi; Augsburger, 2013; Castanho, 2013). A subutilização da biblioteca como espaço pedagógico, segundo Nascimento (2006), reflete uma gestão que não valoriza plenamente seu papel educativo, resultando em uma formação incompleta e em uma cultura escolar que não incentiva a autonomia e o desenvolvimento crítico. Portanto, as bibliotecas, ao serem subutilizadas, deixam de cumprir sua função social e educacional, o que reforça a necessidade de uma reestruturação na sua gestão e integração pedagógica.

Soma-se a isso a contante pressão institucional das hierarquias administrativas a respeito das taxas de rendimento escolar e níveis de aprendizado (Quadro 1). O Estado de São Paulo apresentou para 2023 um Ideb de 4,2 para o Ensino Médio e 5,1 para os Anos Finais do Ensino Fundamental, representando uma queda para ambos indicadores, uma vez que em 2021 os valores eram de 4,4 e 5,3 respectivamente. Ademais, as taxas de aprovação estadual ficaram em 0,92 para o Ensino Médio e 0,97 para os Anos Finais do Ensino Fundamental.

Quadro 1 - Comparativo do Ideb e Taxas de Aprovação no Estado de São Paulo

Indicador	2021	2023
Ideb - Ensino Médio	4,4	4,2
Ideb - Anos Finais do EF	5,3	5,1
Taxa de Aprovação – EM	0,92	0,92
Taxa de Aprovação - Anos Finais do EF	0,97	0,97

Fonte: o autor, 2024.

Na conjuntura (Quadro 2), os dados estaduais compõem um cenário preocupante a respeito da proficiência dos estudantes da rede pública de São Paulo visto que, em 2023, as médias de pontuação de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática foram respectivamente de 274,43 e 264,66 para o Ensino Médio. Na escala Saeb, representa uma proficiência básica (nível 2) em Língua Portuguesa e insuficiente (nível 2) em Matemática. Os Anos Finais do Ensino Fundamental apresentaram médias de 260,41 e 256,33 em Língua Portuguesa e Matemática, indicando, portanto, proficiência de nível básico (nível 3) para Língua Portuguesa e Matemática.

Quadro 2 - Médias de Proficiência e Níveis de Proficiência no Estado de São Paulo (2023)

Nível de Ensino	Disciplina	Média de Proficiência	Nível de Proficiência
Ensino Médio	Língua Portuguesa	274,43	Básico (Nível 2)
	Matemática	264,66	Insuficiente (Nível 2)
Anos Finais do EF	Língua Portuguesa	260,41	Básico (Nível 3)
	Matemática	256,33	Básico (Nível 3)

Fonte: o autor, 2024.

No que tange à escola analisada, os dados foram igualmente alarmantes para 2023 (Quadro 3 e 4). O Ensino Médio apresentou um Ideb de 3,6 e os Anos Finais do Ensino Fundamental um Ideb de 5,4. Em grande parte, isso se deve não apenas pela baixa proficiência, mas, por taxas de aprovação comprometidas, sendo elas de 0,76 para o Ensino Médio e 0,95 nos Anos Finais.

Quadro 3 - Desempenho da Escola Estadual Dr. Pompílio Mercadante (2023)

Indicador	Valor
Ideb - Ensino Médio	3,6
Ideb - Anos Finais do EF	5,4
Taxa de Aprovação – EM	0,76
Taxa de Aprovação - Anos Finais do EF	0,95

Fonte: o autor, 2024.

As médias de proficiência no Ensino Médio foram de 284,88 e 272,64 para Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente. Isso representa proficiência básica de nível 3 para Língua Portuguesa, e proficiência insuficiente de nível 2 em Matemática. Por sua vez, os Anos Finais do Ensino Fundamental apresentaram médias de proficiência de 271,16 e 268,81 para Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente. Portanto, tiveram sua proficiência classificada como básica de nível 3 em Língua Portuguesa, assim como básica de nível 3 para Matemática.

Quadro 4 - Médias de Proficiência e Níveis de Proficiência da Escola Estadual Dr. Pompílio Mercadante (2023)

Nível de Ensino	Disciplina	Média de Proficiência	Nível de Proficiência
Ensino Médio	Língua Portuguesa	284,88	Básico (Nível 3)
	Matemática	272,64	Insuficiente (Nível 2)
Anos Finais do EF	Língua Portuguesa	271,16	Básico (Nível 3)
	Matemática	268,81	Básico (Nível 3)

Fonte: o autor, 2024.

Esses dados nos permitem evidenciar a potencialidade das bibliotecas escolares como instrumentos para a melhoria do desempenho educacional e desenvolvimento integral em um cenário como esse. Quando adequadamente estruturadas e geridas, as bibliotecas não apenas contribuem para o aprimoramento das competências acadêmicas dos estudantes, como também desempenham um papel crucial na redução das desigualdades educacionais. É indispensável que gestores e autoridades educacionais reconheçam a importância desses espaços e invistam na sua revitalização, promovendo sua integração efetiva ao currículo escolar. Sem isso, a subutilização continuará a ser um fator limitante na busca por uma educação de qualidade, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, onde o acesso a recursos educacionais é ainda mais escasso (Feitosa, P. W. G. *et al.*, 2022; Lima *et al.*, 2014).

3.3 BOAS PRÁTICAS

Para enfrentar esses desafios de aprendizagem, bem como desafios da gestão e subutilização das bibliotecas escolares, algumas escolas no Brasil têm adotado práticas inovadoras que mostram resultados positivos. Em Minas Gerais, por exemplo, escolas públicas implementaram projetos de mediação de leitura com o apoio de bibliotecários e professores, promovendo atividades como contação de histórias e clubes de leitura. Essas iniciativas resultaram em um aumento significativo no interesse dos alunos pela leitura e na revitalização da biblioteca como um espaço ativo e dinâmico de aprendizado (Miranda; Brandão, 2022). Silva (2019) enfatiza que políticas públicas, como a Lei 12.244/10, são fundamentais para estruturar as bibliotecas, e a experiência dessas escolas demonstra como iniciativas bem planejadas podem revitalizar o uso pedagógico da biblioteca. As boas práticas apontam que o envolvimento do corpo docente é essencial para maximizar o uso pedagógico das bibliotecas. Segundo Válio (1990), professores devem atuar como mediadores entre alunos e os recursos disponíveis na biblioteca, promovendo práticas que integram pesquisa e leitura ao cotidiano escolar.

Outra boa prática é a criação de redes colaborativas de bibliotecas escolares em algumas regiões do interior de São Paulo, onde várias escolas compartilham acervos e recursos, promovendo eventos culturais e literários em conjunto. Esse modelo colaborativo de gestão permite otimizar o uso dos recursos disponíveis e cria um ambiente de troca e apoio mútuo entre as escolas, que enriquecem a experiência educacional dos alunos. Cervi e Augsburg (2013) e Farias e Magalhães Júnior (2018) destacam que uma gestão democrática e participativa é essencial para o sucesso desses modelos de redes, que não só ampliam o acesso aos materiais didáticos, mas também promovem o envolvimento da comunidade escolar na gestão do espaço, transformando a biblioteca em um centro de aprendizado relevante e acessível.

Esses exemplos de boas práticas elucidam como uma gestão eficaz e inclusiva das bibliotecas pode transformar esses espaços em ambientes dinâmicos de aprendizado e desenvolvimento social. A implementação de um sistema de gestão integrada e participativa, conforme sugerido por Nascimento (2006) e Castanho (2013), reforça o potencial das bibliotecas como centros pedagógicos ativos. Com políticas de suporte e formação continuada de professores e bibliotecários, as bibliotecas escolares podem ser revitalizadas para desempenhar um papel crucial na educação, tornando-se acessíveis e estimulantes para todos os alunos.

A análise das normativas também aponta boas práticas que poderiam ser adotadas para revitalizar salas de leitura e bibliotecas escolares, como da E.E. Dr. Pompílio Mercadante. A Resolução SEDUC nº 114/2021, por exemplo, destaca a importância de selecionar professores com formação em áreas correlatas à leitura e escrita, como Língua Portuguesa e Pedagogia, para garantir a gestão eficiente das Salas de Leitura. Porém, é necessário avançar além disso, especialmente, executando o desenvolvimento de projetos inovadores e parcerias com a comunidade escolar para fomentar o uso da biblioteca.

Outra oportunidade seria a implementação de avaliações regulares e especializadas do desempenho dos professores responsáveis pelas Salas de Leitura, aprimorando o previsto nas normativas, para assegurar que o espaço esteja sendo utilizado de forma produtiva e alinhada

às diretrizes pedagógicas. A efetiva Gestão Democrática pode contribuir fortemente nesse processo ao descentralizar as determinações e avaliações, utilizadas muitas vezes como instrumentos punitivos. Essas práticas poderiam transformar a biblioteca em um ambiente efetivo de aprendizado e interação (Ferreira; Kehler, 2016).

Por fim, iniciativas como o incentivo à participação ativa de estudantes e professores na gestão do espaço, conforme sugerido pelas resoluções, poderiam aumentar o engajamento e ampliar o impacto educacional da biblioteca. Essas medidas, se bem implementadas, têm o potencial de resgatar a função pedagógica das bibliotecas e alinhar a prática escolar às normativas existentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste estudo evidencia a complexidade dos desafios relacionados à gestão e subutilização das bibliotecas escolares, destacando como esses problemas impactam diretamente o desempenho educacional dos alunos. A partir da avaliação das legislações estaduais e federais, bem como do estudo de caso na E.E. Dr. Pompílio Mercadante, verificou-se uma significativa desconexão entre as normativas e a prática cotidiana nas escolas. Apesar das diretrizes que preveem bibliotecas como espaços essenciais para o aprendizado, a ausência de infraestrutura adequada, profissionais qualificados e uma gestão nos vários níveis de hierarquia alinhada às diretrizes pedagógicas contribuem para que esses ambientes não cumpram plenamente sua função.

Os dados apresentados demonstram que a revitalização das bibliotecas escolares não deve ser apenas uma recomendação, mas uma prioridade dentro das políticas públicas educacionais. A implementação de práticas de gestão democrática, a formação contínua de professores articuladores e a integração efetiva das bibliotecas ao currículo escolar são ações indispensáveis para transformar esses espaços em verdadeiros centros de aprendizado e inclusão. Além disso, é crucial que haja um esforço conjunto entre gestores escolares, comunidades locais e autoridades educacionais para garantir que as bibliotecas escolares desempenhem seu papel como instrumentos de equidade e promoção da cidadania.

Portanto, este estudo reforça a necessidade de um comprometimento político e institucional para superar os desafios estruturais e operacionais das bibliotecas escolares. Apenas com ações concretas e investimentos adequados será possível transformar as bibliotecas em ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento educacional, cultural e social dos estudantes, especialmente em contextos de vulnerabilidade. O fortalecimento dessas iniciativas poderá contribuir significativamente para a construção de um sistema educacional mais justo e eficiente, alinhado aos princípios de equidade e qualidade previstos nas legislações educacionais brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2023**. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Boletim da Escola: Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2023**. Brasília, 2023b. Disponível em: <http://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informativo INEP**. Ano 3, n. 74, 26 jan. 2005.



BRASIL. **Lei n.º 12.244**, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

CARVALHO, Sandra Maria Souza de; ALDABALDE, Taiguara Villela; MIGUEL, Marcelo Calderari. Nativos digitais e seus olhares para a imagem da biblioteca escolar: a visibilidade do bibliotecário como mediador da informação na rede municipal de educação de Vila Velha, ES, Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, Brasil, v. 7, n. 1, p. 1–23, 2020. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2020.164891. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/16489>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CASTANHO, B. O sistema nacional de educação e a gestão da escola contemporânea. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 2, p. 17-25, 2013. DOI: 10.5902/2176217110643.

CERVI, G. M.; AUGSBURGER, L. G. Gestão democrática escolar: escola e sociedade de controle. **Verve**, 2013. DOI: 10.23925/VERVE.VOI24.30674.

FARIAS, M. A. de; MAGALHÃES JÚNIOR, A. G. Gestão da escola e os resultados do IDEB: apropriações e usos de dados educacionais. **POLÊMICA**, v. 18, p. 034-053, 2018. DOI: 10.12957/polemica.2018.37788.

FEITOSA, P. W. G.; MACEDO, L. M. de; MEDEIROS, J. H. B. de; MACEDO, A. G. M. de; SILVA, L. O. da; CORREIA, J. R.; TELES, R. B. Abordagem Psicopedagógica nas Dificuldades de Aprendizagem do Contexto Escolar: Uma Revisão Sistemática. **ID On Line. Revista de Psicologia**, v. 16, n. 60, p. 1051-1064, maio/2022. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3473>. Acesso em: 16 nov. 2024. DOI: 10.14295/idonline.v16i60.3473.

FÉLIX, A. F.; DUARTE, A. B. S. A biblioteca escolar como espaço diferenciado: a importância da mediação de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106607.

FERNANDES, R. L.; SANTOS, B. S. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudo de caso em escolas públicas. **Biblioteca Escolar em Revista**, 2017. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.113284.

FERREIRA, L. S.; KEHLER, G. Gestão escolar e produção da aula: o trabalho dos professores em pauta. **Educação em Foco**, v. 18, p. 133-154, 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/605>. Acesso em: 16 nov. 2024. DOI: 10.24934/eef.v18i26.605.

FIORAVANTE, E.; CUNHA, M. V. da. As competências do bibliotecário em uma rede de bibliotecas escolares para o estado de Santa Catarina, Brasil. **Informação & Sociedade**, v. 30, n. 3, p. 1-15, 2020.

LIMA, F. R.; SILVA, J.; CARVALHO, M. A. F. Leitura em praças públicas: uma proposta para a expansão de eventos de oralidade e letramento em espaços extraescolares. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, v. 11, n. 3, p. 287-306, 2014. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/613>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MIRANDA, C. C.; BRANDÃO, D. S. Bibliotecas escolares e salas de leitura: importância para o desenvolvimento educacional. **Educação e Pesquisa**, 2022. DOI: 10.1590/s1678-4634202248242158por.

NASCIMENTO, A. L. M. Gestão da Escola Pública Brasileira: desafios contemporâneos. **Revista de Ciências Humanas**, 2006. DOI: 10.9771/2317-1219rf.v10i9.2690.

OLIVEIRA, T. R. F. de; CAVALCANTE, L. F. B. Biblioteca escolar: espaço que cria laços de pertencimento. **Biblionline**, v. 13, n. 3, p. 30-42, 2017.

SALES, S. R. S.; SANTANA, R. R. S. Atividades de Mediação da Leitura nas Bibliotecas Escolares: um estudo com ênfase no desempenho acadêmico. **Brazilian Journal of Information Science**, 2024. DOI: 10.36311/1981-1640.2024.v18.e024028.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Escola Estadual Dr. Pompílio Mercadante. **Portal da Transparência da Educação do Estado de São Paulo**, 2024a. Disponível em: <https://transparencia.educacao.sp.gov.br/Home/DetalhesEscola?codesc=13808>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Prestação de Contas. **Portal da Transparência da Educação do Estado de São Paulo**, 2024b. Disponível em: <https://transparencia.educacao.sp.gov.br/Home/PrestacaoContas>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SEDUC nº 92, de 7 de novembro de 2024**. Dispõe sobre a organização e atribuição de aulas do Programa Sala de Leitura nas escolas de tempo parcial da rede estadual de ensino. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 8 nov. 2024c.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Escola Estadual Dr. Pompílio Mercadante. **Regimento Escolar**. Jacareí: Diretoria de Ensino, 2021a.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SEDUC nº 114, de 3 de novembro de 2021**. Altera a Resolução SE nº 76, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 4 nov. 2021b.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE nº 81, de 17 de dezembro de 2018**. Altera a Resolução SE nº 76, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 18 dez. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE nº 70, de 21 de outubro de 2011**. Dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 22 out. 2011. Revogada pela Resolução SE nº 76, de 28 de dezembro de 2017a.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE nº 76, de 28 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 29 dez. 2017b.

SILVA, J. Lei de universalização das bibliotecas escolares (12.244/10): concepções, aplicações e proposição de política pública. **Revista Informação em Cultura - RIC**, 2019. DOI: 10.21708/ISSN2674-6549.V11I1A8521.2019.